

# LIVROS DIDÁTICOS E ABORDAGENS SOBRE O PERÍODO DE DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

## **Autores**

Janice Roberta Schröder; Cláudia Gisele Masiero

## **RESUMO**

O tema deste estudo é a representação da ditadura civil-militar, 1964 à 1985, nos livros didáticos de História da 8ª série/9º ano em diferentes períodos. Assim, temos por objetivo analisar a abordagem que os livros didáticos de História deram a este período, enquanto conteúdo programático, tendo em vista que os mesmos são amplamente usados no ensino da disciplina. Para tanto são consideradas três obras: História Integrada (1995), da editora Scipione, de Cláudio Vicentino, Projeto Araribá - História (2007), da editora Moderna e Encontros com a História (2012), da editora Positivo, das autoras Vanice Ribeiro e Carla Anastasia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e a metodologia de análise consiste na análise de conteúdo. A pesquisa tem por base estudos anteriores que exploram a temática como é o caso dos estudos de Bittencourt (1993), Vieira (2002), Miranda e Luca (2004), Silva (2011) e Munakata (2012). A partir da análise constatamos que quanto mais próximo ao período da ditadura civil-militar, mais brevemente este assunto é abordado no livro didático e que quanto mais avançamos em direção aos dias atuais, mais ênfase é dada a este período. Possivelmente, esta gradativa ampliação de conteúdos relativos ao tema em questão tenha se dado em virtude do trauma de tal período que ecoou por muitos anos e que aos poucos, ainda vem sendo desvelado, contribuindo para a compreensão das nuances do período.

**Palavras-chave:** Ditadura civil-militar. Livro didático. Ensino de História.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este estudo tem por objetivo analisar a abordagem que os livros didáticos da disciplina de História deram ao período de ditadura civil-militar no Brasil, 1964 à

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



1985, enquanto conteúdo programático. São consideradas três obras específicas: *História Integrada* (1995), da editora Scipione, de Cláudio Vicentino, *Projeto Araribá - História* (2007), da editora Moderna e *Encontros com a História* (2012), da editora Positivo, das autoras Vanice Ribeiro e Carla Anastasia<sup>1</sup>. A partir do estudo, acreditamos compor um exemplo de como esse assunto foi abordado após o processo de redemocratização até os dias atuais. Considerando então, o papel que o livro didático desempenha no processo de ensino-aprendizagem, torna-se importante debater o modo como um período relativamente recente e controverso da história tem sido representado e, por sua vez, apresentado aos educandos, contribuindo para a construção de seu imaginário.

Villalta (2001) há mais de uma década alertava para o fato de que os estudos ligados a historiografia do livro didático não ofereciam subsídios suficientes para o desafio que é analisar este material. Atualmente, Munakata (2012) revela que nos anos de 1990 e 2000 as pesquisas sobre o livro didático têm crescido consideravelmente, fato que tem contribuído para a diversificação da temática e permitido analisá-lo enquanto elemento fundamental das políticas públicas em educação, das práticas didáticas e também da constituição e transmissão dos saberes e da cultura escolar.

Ainda que o foco da análise seja o conteúdo do livro enquanto construção discursiva, convém destacar que, de acordo com Bittencourt (1993), o livro didático é um objeto cultural contraditório que gera intensas polêmicas e críticas de muitos setores, mas tem sido considerado como um instrumento fundamental no processo de escolarização. Nesse sentido, Fonseca (2003) destacou que o ensino de história tem estreita relação com o universo da indústria cultural e que as mudanças na produção do conhecimento chegam à escola básica e ao público em geral, não só pelos currículos mas, sobretudo, pelo material de difusão, dentre os quais está o livro didático. E ainda, devemos enfatizar que este é uma mercadoria produzida para

---

<sup>1</sup> Analisaremos a versão das obras destinadas aos alunos e não o manual do professor.

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:***"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

um mercado específico: a escola, sobretudo que uma grande diversidade de sujeitos participam de sua produção, segundo nos aponta Munakata (2012). O autor ainda salienta que até mesmo a sua circulação é um processo complicado, considerando que são aproximadamente 160 milhões de exemplares adquiridos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)<sup>2</sup>. Para Villalta (2001), o livro didático e sua produção são indissociáveis da cultura mais ampla da qual fazem parte, o que faz com que seja necessário recorrer a uma metodologia de investigação que permita captar as possíveis especificidades do livro enquanto produto e enquanto objeto de leitura e apropriação. Embora cientes destas questões, neste estudo nos limitaremos a análise do conteúdo das obras em questão e através de futuras pesquisas buscaremos entender esses outros aspectos aprofundando a temática.

Fonseca (2003) aponta que a partir das décadas de 60 e 70 houve um crescente apoio do Estado à indústria editorial e à massificação do livro didático no Brasil. E ainda, conforme o autor, "O livro didático de história, em sintonia com os currículos, tornou-se canal privilegiado para a difusão de determinados saberes históricos" (FONSECA, 2003, p. 52). Essa massificação refletiu no ensino de história que frequentemente passou a ser realizado com base nos livros didáticos. Percebemos que atualmente é considerável a quantidade de profissionais que ainda fazem do livro didático um dos mais importantes instrumentos de aprendizagem nas aulas de História, quando não o único. Essa utilização dos livros didáticos de história em larga escala e, muitas vezes, como único instrumento de ensino, foi uma das motivações para desenvolver este estudo.

A exemplo de Vieira (2002), não pretendemos emitir juízo de valor, ou mesmo depreciar as obras aqui analisadas. Silva diz que "a complexidade do livro didático, pensado como documento histórico, permite ampliar o foco analítico e isto se deve, principalmente, ao fato de que, neste campo historiográfico, é possível encontrarmos

---

<sup>2</sup> O PNLD desde 1985 e a partir dele, progressivamente, foram sendo incluídas no programa as distintas disciplinas componentes do currículo escolar e o programa foi se delineando no sentido de incorporar os professores no processo de escolha, segundo Miranda e Luca (2004).

abordagens diferenciadas conforme o autor lido" (2011, p.180). É evidente a importância dos autores das obras para o entendimento delas. Isso porque são eles que escolhem o conteúdo e a forma como é apresentado, ao menos são eles que respondem primeiramente pelas obras, pois as assinam.

Fonseca (2003) aponta que o processo de simplificação dos livros didáticos no âmbito da difusão, implica tornar definitivas, institucionalizadas e legitimadas pela sociedade determinadas visões e explicações históricas. E o autor prossegue dizendo que

[...] essas representações transmitidas simplificadaamente trazem consigo a marca da exclusão. O processo da exclusão inicia-se no social, em que "alguns atos" são escolhidos e "outros" não, de acordo com os critérios políticos. Na academia, o trabalho do historiador pode tanto excluir como recuperar ou resgatar "atos" excluídos; no livro didático o processo de exclusão de ações e sujeitos faz parte da lógica da didatização (FONSECA, 2003, p 53).

Nesse sentido, Miranda e Luca (2004) também destacam que a produção do livro didático está relacionada a didatização do saber histórico. Dessa forma, para analisar o conteúdo das obras em questão, devemos pensar no público ao qual se destina, sendo que disto também decorre a forma e a profundidade com que o tema é apresentado.

## **2 A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL**

De 1964 a 1985 o Brasil passou por um período ditatorial, com o governo nas mãos dos militares. De acordo com Fausto (2000, p. 465) esse movimento tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



através de decretos, chamados de Atos Institucionais (AI)<sup>3</sup>. Os primeiros destes atos estabeleceram que as eleições para presidente e governador seriam indiretas, isto é, excluindo o voto da população. O presidente seria eleito pelo Congresso Nacional e os governadores pelas respectivas Assembleias Estaduais, instituições que o governo mantinha também sobre controle.

Humberto de Alencar Castelo Branco foi o primeiro militar a assumir o governo no ano de 1964, permanecendo até 1967, com promessas de logo se fazer voltar à normalidade democrática. Não foi o que ocorreu, pois a Ditadura perdurou até 1985. Athur da Costa e Silva sucedeu Castelo Branco, governando de 1967 a 1969, neste período a radicalização política foi crescente e os movimentos contrários ao regime também se intensificam. Vemos que:

Em dezembro de 1968, o governo, em nome da segurança nacional, chega ao extremo de decretar o Ato Institucional nº 5 (AI-5), ponto culminante da legislação autoritária e do autoritarismo, porque suspende os direitos civis comuns, inclusive o *habeas-corpus*, devolve ao presidente a competência para cassar mandatos e direitos políticos e, de fato, para fazer os atos de governo que quiser e como quiser. É o golpe dentro do golpe. O aprofundamento do militarismo. A ditadura dura (COUTO, 2003, p. 85).

Costa e Silva esteve seriamente doente, impossibilitado de exercer suas funções de presidente. Como os militares não permitiram que o seu vice, Pedro Aleixo, assumisse, já que ele havia se mostrado contrário ao AI-5, "quem assume o poder temporariamente é uma Junta Militar nomeada pelo AI-12: Lyra Tavares, ministro do Exército, Augusto Rademaker, da Marinha e Márcio de Souza Mello, da Aeronáutica" (COUTO, 2003, p. 102). A sucessão de Costa e Silva por Emílio Garrastazu Médici deu continuidade à linha dura do regime. Médici governou o Brasil de 1969 a 1974, fazendo, segundo Couto (2003), "o governo mais duro, arbitrário e prepotente de todo o ciclo militar".

---

<sup>3</sup> Os Atos Institucionais eram decretos emitidos pelo governo e se tratavam de mecanismos de legalização e legitimidade das ações dos militares. Eram uma maneira extra-constitucional para acomodar dentro da lei suas ações.

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:***"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

No governo do general Ernesto Geisel (presidente de 1974 a 1979) iniciou-se o processo de abertura. Para os governantes militares essa abertura deveria se dar de forma lenta, segura e gradual, mas *“na prática, a liberalização do regime, chamada a princípio de distensão, seguiu um caminho difícil, cheio de pequenos avanços e recuos”* (FAUSTO, 2000, p.489). Tanto que aconteceu, em parte, devido às pressões da oposição, que estava cada vez mais forte e começara a dar em 1973 claros sinais de vida independente.

Outro fato que culminou no processo de abertura foi o desgaste do modelo econômico que foi colocado em prática desde 1930, baseado na substituição de importações, estava ele chegando ao limite. O Brasil, como toda a América Latina, vivia a estagnação do seu crescimento econômico em meados dos anos de 1980. Segundo Silva, *“o regime militar não possuía nem recursos nem projetos para a crise e recolhia-se de forma acabrunhada ao imobilismo”* (1990, p.385). O grande tripé do nacional-desenvolvimentismo latino-americano – intervenção estatal, capitais nacionais e endividamento externo - estava com sua capacidade esgotada.

João Batista Figueiredo foi o último presidente militar, governando o país de 1979 a 1985, já que foi considerado o mais apto para neutralizar a chamada linha-dura do regime, ala mais conservadora, que não aceitava a abertura. Nesse momento foi aprovada a Lei da Anistia<sup>4</sup> que, embora controversa permitia o retorno dos exilados políticos. Isto segundo Fausto *“foi um passo importante na ampliação das liberdades públicas”* (2000, p. 504). Também foi aprovada a Nova Lei Orgânica dos Partidos<sup>5</sup>, que permitia a criação de novos partidos, uma vez que durante a Ditadura somente existiam dois, a Arena (governo) e o MDB (oposição). Possibilitando a criação de novos partidos o governo tentava quebrar a força da

<sup>4</sup> Segundo Fausto (2000), a lei de anistia aprovada pelo Congresso continha entretanto restrições e fazia uma importante concessão à linha-dura. Ao anistiar “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política” a lei atingia também os responsáveis pela prática da tortura. Essa lei foi aprovada em 1979.

<sup>5</sup> O governo obteve do Congresso em 1979, a aprovação da Nova Lei Orgânica dos Partidos. Essa lei extinguiu a Arena e o MDB, obrigando que os novos partidos a serem criados usassem em seu nome a palavra “partido”.

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:***"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

oposição, que é claro, diante disso se dividiria. O processo de abertura, no entanto, continuou a ser perturbado durante o governo de Figueiredo pelas ações da chamada linha-dura que praticava uma série de atentados, demonstrando que nem todos queriam que a liberalização prosseguisse.

Apesar destes episódios o então presidente manteve o calendário eleitoral previsto, depois é claro de ter adiado as eleições diretas para todos os cargos, menos presidente, de 1980 para 1982. Em 1982, então, o eleitorado voltou às urnas para eleger de vereadores a governadores de Estado, o que não ocorria desde 1965.

A campanha para que ocorressem eleições diretas, também para presidente marcou esse processo de abertura e redemocratização no país. O movimento que ficou conhecido como "Diretas Já", foi além das organizações partidárias e ganhou as ruas, mobilizando milhões de pessoas em todo o país. O fato é que, para que a eleição direta acontecesse, era preciso que dois terços dos membros do Congresso aprovassem essa alteração na Constituição. Como a maioria dos congressistas era do PDS a Emenda<sup>6</sup> não passou, o que causou grande frustração popular. E não passou porque o governo tinha ainda muito em jogo, ou seja, precisava garantir um lugar no novo rearranjo político para não perder totalmente suas posições de mando no cenário nacional e também para não ser cobrado pelo período de exercício de poder autoritário. Assim, em 1985, as eleições presidenciais ocorreram ainda de forma indireta, através do Colégio Eleitoral. Apenas em 1989 é que se dá novamente a eleição do presidente da nação por meio do voto. Por fim, acerca do período e do tema em questão, ou seja, o livro didático, podemos destacar através de Miranda e Luca que,

Sob o período militar, a questão da compra e distribuição de livros didáticos recebeu tratamento específico do poder público em contextos diferenciados

---

<sup>6</sup> A emenda constitucional que pretendia introduzir as eleições diretas ficou conhecida por Emenda Dante de Oliveira, nome do deputado que a apresentou.

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"

— 1966, 1971 e 1976 —, todos marcados, porém, pela censura e ausência de liberdades democráticas. De outra parte, esse momento foi marcado pela progressiva ampliação da população escolar, em um movimento de massificação do ensino cujas conseqüências, sob o ponto de vista da qualidade, acabariam por deixar marcas indelévels no sistema público de ensino e que persistem como o seu maior desafio (2004, p.125).

Essa colocação das autoras ressalta a ampliação da população escolar, entretanto enfatiza que nesse período os livros didáticos eram instrumento de propagação de ideias do regime militar em vigor. Assim, tona-se interessante pensar sobre como este mesmo recurso didático está sendo edificado em um contexto democrático e que fala constrói sobre o período anterior.

### **3 OS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E SUAS ABORDAGENS DO PERÍODO DE DITADURA**

Na sequência, faremos uma breve descrição da maneira como os livros selecionados tratam do período da ditadura civil-militar no Brasil, para que possamos fazer uma análise da maneira como cada qual abordou o assunto em diferentes períodos. Inicialmente, é preciso reiterar que em momento algum temos o objetivo de depreciar o trabalho dos autores, o que buscamos, através de uma pequena amostra, é verificar como a ditadura militar é abordada nas décadas analisadas.

O primeiro livro a ser analisado é *História Integrada* (1995), da editora Scipione, sendo o autor Cláudio Vicentino. A obra é dividida em capítulos e o que trata da Ditadura Militar é intitulado "As Ditaduras Militares e a Redemocratização", sendo que no final no capítulo anterior Vicentino (1995) reserva três parágrafos para "O golpe militar de 1964" explicando que, encabeçado pelos militares, o golpe teve um desfecho rápido e bem-sucedido. Em seguida, o autor narra o rumo tomado por João Goulart e o início dos governos militares.

O capítulo "As Ditaduras Militares e a Redemocratização" inicia na página 141, intitulado *Jornal da História*, com reportagens de 1967 até 1985. Os títulos das

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



reportagens são: "Oposição organiza a frente ampla" (1967); "Radicalização avança" (1968); "Brasil tricampeão do Mundo" (1970); "Nação frustrada! Faltaram 22 votos para aprovar as diretas" (1984); "Tancredo Neves está morto! (1985). Como se pode perceber, o autor destacou reportagens de diferentes períodos da ditadura militar.

Na sequência há uma breve introdução do período da Ditadura Militar destacando sua duração, de 1964 à 1985 e enfatizando a configuração da nova ordem política caracterizada pela anulação das liberdades democráticas. Em seguida, o autor enfatiza a redução dos poderes Legislativo e Judiciário e também a redução da autonomia dos estados e municípios frente ao presidente da República que, "*além de representante das Forças Armadas, veio a transformar-se na autoridade absoluta do país*" (VICENTINO, 1995, p. 142). E, por fim, o autor caracteriza o regime militar, instalado no Brasil em 1964, como centralizador e autoritário, "recorrendo frequentemente à repressão e à violência, a fim de se sustentar no poder" (VICENTINO, 1995, p. 142). Nesta mesma página há uma foto, não muito nítida, sob a seguinte legenda: "A violência foi uma constante durante o regime militar, onde opositores eram considerados inimigos de guerra".

Posteriormente, seguem-se cinco páginas dedicadas à explicação do período. A primeira quase exclusivamente voltada à área econômica. Vicentino (1995) destaca a internacionalização da economia, a estabilização financeira até 1967 e o "milagre brasileiro" (1970 à 1973). Na sequência, enfatiza que o serviço de propaganda buscava despertar o sentimento de patriotismo na população e destaca as dificuldades econômicas que se associavam ao crescimento obtido à custa do capital estrangeiro, juntamente com o pagamento de juros altíssimos em função da dívida externa. Na página constam duas imagens de obras, uma delas da usina hidrelétrica de Itaipu e outra da construção da Transamazônica.

"Os presidentes Militares: Os Anos de Chumbo" é o subtítulo do capítulo em questão, que inicialmente traz o trio de militares que assumiu o poder e decretou o Ato Institucional nº 1 e, em seguida, apresenta o governo de marechal Castelo

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"

Branco (1964 à 1967) que foi indicado à presidência pelo Alto Comando das Forças Armadas. Na página seguinte tem uma imagem do Marechal Castelo Branco de 1964. Neste trecho o autor ressalta prisões, intervenções em organizações populares e cassações sob o pretexto de manutenção da segurança nacional ameaçada pelo comunismo; a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI); a promulgação dos atos institucionais nº 2, 3 e 4; e, na área econômica, o alinhamento aos Estados Unidos, propiciando facilidades para a penetração do capital estrangeiro.

Em seguida o autor narra, cronologicamente, a relação dos presidentes e alguns acontecimentos relativos a esse período, que serão descritos a seguir. Depois de Castelo Branco, o próximo nome indicado à presidência foi o Marechal Costa e Silva (1967 à 1969), que enfrentou constantes manifestações contra o governo. Na página 144 vemos uma imagem de pessoas observando algo, que não é possível identificar, sob a legenda: "Estudantes 'armados' enfrentam o regime militar". Na sequência, o autor destaca o Ato Institucional nº 5; a organização de uma junta militar de governo; o enterro do presidente Costa e Silva, através de imagem e a indicação de Emílio Garrastazu Médici à presidência.

De acordo com Vicentino (1995), inicia "A hora dos generais", sendo o primeiro Médici (1969 à 1974). Tal governo foi caracterizado pelo milagre econômico, época em que o país alcançou excelentes índices de crescimento econômico às custas do empobrecimento da maioria da população. A propaganda, a conquista do tricampeonato mundial, juntamente com as torturas e desaparecimentos garantiam a paz interna. O mandato do presidente foi ampliado de quatro para cinco anos.

O próximo presidente foi o general Ernesto Geisel (1974 à 1979) que, de acordo com o autor, destacou-se por sua atuação no processo de "abertura política", exigido por alguns setores da sociedade civil. O autor destaca que nesse período foram construídas duas das maiores hidrelétricas do mundo: Itaipu e Tucuruí; que o

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:***"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

presidente Geisel substituiu o comandante do II Exército; mas que, segundo o presidente, para não perder o controle do processo de abertura, a transição democrática deveria ser lenta e gradual; por fim estabeleceu várias medidas autoritárias como a Lei Falcão, a cassação de direitos políticos de parlamentares do MDB, ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos, manutenção de eleições indiretas para governadores e a criação dos "senadores biônicos" a serem nomeados pelo governo. Na sequência, o autor cita a greve dos metalúrgicos, no ABC paulista, liderada por Luiz Inácio da Silva, o Lula, indicando o avanço das manifestações que exigiam a aceleração da redemocratização do país. Esta página contém uma foto de Lula falando para os manifestantes. Ao final do governo, Geisel revogou o AI-5 e determinou a extinção da censura no Brasil.

O próximo a ocupar a presidência foi o general João Batista Figueiredo (1979 à 1985) que, de acordo com Vicentino (1995), no início de seu governo enfrentou uma situação econômica difícil que passou a ser trazida à tona pela mídia. "Diante dessa situação, Figueiredo não teve alternativa senão continuar o processo de abertura política" (VICENTINO, 1995, p. 147). Então, foi aprovada a Lei da Anistia aos presos e exilados políticos, a extinção da Arena e do MDB e foi autorizada a criação de novos partidos políticos. "No final de 1983, os partidos de oposição encamparam a campanha pela eleição direta para presidente da República. Num movimento conhecido como "Diretas-Já", mobilizaram o país de norte a sul em manifestações que envolviam às vezes centenas de milhares de pessoas" (VICENTINO, 1995, p. 147). No entanto, a escolha do novo presidente ainda se deu de forma indireta. Tancredo Neves venceu, mas por problemas de saúde não assumiu, ocupando o seu lugar o vice-presidente eleito José Sarney, a partir de então, iniciava uma nova fase política civil denominada Nova República.

Na página 148 ainda consta um breve resumo do capítulo, destacando sucintamente o autoritarismo, as arbitrariedades e a violência do período,

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



juntamente com os respectivos presidentes de cada período desde 1964 até 1985. E algumas perguntas e palavras-chave que representavam o período.

O segundo livro que será analisado é o *Projeto Araribá - História* (2007), que é uma obra de autoria coletiva, desenvolvida e produzida pela editora Moderna. O volume é dividido em unidades e as unidades em temas. O título da unidade que trata sobre a ditadura civil-militar é "Democracia e ditadura no Brasil" e nos temas três, quatro, cinco e seis, é tratada esta questão. A unidade sete inicia com uma breve introdução intitulada "É proibido proibir" e destaca que nem sempre existiram eleições diretas, que era proibido manifestar qualquer oposição ao governo e que a censura controlava a divulgação de informações em jornais, rádio, televisão e revistas. As páginas de abertura desta unidade também apresentam três charges sobre o período em questão.

O tema três, intitulado "O governo João Goulart e o golpe de 1964", explica o contexto brasileiro após a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, popularmente conhecido como Jango. No entanto, para esta análise o foco reside no subtítulo "O avanço da mobilização social e o golpe", que afirma que as críticas ao governo de Jango tinham origem nas dificuldades que atingiam a economia brasileira como o vertiginoso crescimento da inflação e a queda do PIB. De acordo com os autores, Jango estava consciente de que o Congresso Nacional não aprovaria as reformas de base que ele propunha, então ele resolveu instituí-las por meio de decretos, anunciados em grandes comícios. Em consequência houve a "Marcha da Família com Deus" em São Paulo, que mobilizou milhares de pessoas favoráveis à deposição de Jango. Outros setores da sociedade também se manifestaram e em 31 de março de 1964, "tropas partiram de Minas Gerais com destino ao Rio de Janeiro, onde estava o presidente. No Rio, Jango não aceitou o golpe e foi para Brasília tentar articular a resistência. Mas Carlos Lacerda e os militares já eram donos da situação" (PROJETO ARARIBÁ, 2007, p. 211). Então os militares assumiram o poder e instituíram um regime autoritário. Essa mesma página

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:***"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

apresenta, ainda, uma foto de dois soldados, fortemente armados e extremamente atentos, possivelmente, a qualquer movimento diferente do esperado após a tomada do poder pelos militares.

O tema *quatro* "O fim das liberdades democráticas" expressa na introdução que "Durante o regime militar, os brasileiros viveram um período sombrio: perseguições, mortes e torturas nas prisões" (PROJETO ARARIBÁ, 2007, p. 214). Os temas são divididos em vários subtítulos sendo o primeiro: "Um regime apoiado na repressão". O texto destaca que o regime militar iniciou em 1964 e durou 21 anos e que a escolha dos governantes era feita pelos chefes militares. Estes governavam através dos atos institucionais, suspendendo os direitos e as garantias individuais estabelecidas na Constituição de 1946. No próximo trecho "Os custos da estabilização" os autores destacam marechal Castelo Branco como primeiro presidente do regime militar que assumia a tarefa de reformar e desenvolver o capitalismo brasileiro e conter a "ameaça comunista". Com os sacrifícios impostos aos trabalhadores e a ajuda norte-americana, por meio da Aliança para o Progresso, conseguiram melhorar as contas do país e controlar a inflação.

Na página 215 vemos uma foto com a seguinte legenda: "presos políticos do regime militar, momentos antes de partir para o exílio, em setembro de 1969. Eles foram libertados em troca do embaixador dos Estados Unidos Charles Elbrick, sequestrado pelos guerrilheiros". Este tema ainda tem dois subtítulos, um dedicado às restrições da democracia e outro falando dos "Anos de chumbo", continuando a reforçar os instrumentos de repressão utilizados pelo regime.

O tema cinco intitulado "Repressão e abertura", narra a luta armada contra o regime, apresenta uma foto da sede do Dops (Departamento de Ordem Pública e Social), que atualmente é o Memorial da Resistência. Na sequência o texto trata dos descaminhos da abertura com a posse do general Ernesto Geisel com a promessa de conduzir o retorno à democracia. No entanto, houve entrave de vários políticos contrários à abertura.

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"

Os autores destacam que em relação a investimentos em infraestrutura, os governos militares procuraram garantir a autossuficiência do Brasil na produção de petróleo, de aço e equipamentos industriais e na geração de energia elétrica. No entanto, para isto contraíram empréstimos no exterior que, devido a uma crise internacional, no início da década de 1970, causaram elevação nas taxas de juros praticadas nos países credores, multiplicando a dívida externa brasileira. A página 217 conta com um anúncio de uma empresa estatal, que fora publicado na revista Manchete, em outubro de 1973, anunciando: "ELETROBRÁS: toda energia elétrica nasce aqui". Na mesma página ainda o texto trata da reorganização dos trabalhadores que ganhou cada vez mais força no final da década de 1970. Traz também uma imagem dos metalúrgicos do ABC paulista que, em assembleia votaram pela greve, em 2 de maio de 1979. O subtítulo "A caminho da democracia plena" destaca que o endividamento externo e a alta da inflação, durante o governo de João Figueiredo, sucesso de Geisel, tornavam cada vez mais difícil a manutenção da ditadura, forçando medidas de abertura do regime. Nesta mesma página o livro traz duas sugestões de filme envolvendo o tema.

A próxima página apresenta uma cronologia da repressão, destacando que o ano de 1964 inaugurou no Brasil um período de intensa repressão política. "Os brasileiros perderam o direito de eleger o presidente, de expressar suas posições e de se organizar politicamente" (PROJETO ARARIBÁ, 2007, p. 218). A cronologia inicia em 1964 e segue apresentando fatos marcantes no período até 1977. Apresenta também três imagens: uma dos militares num tanque de guerra, no Rio de Janeiro, em 1964; outra da "Passeata dos Cem Mil", no Rio de Janeiro, em 1968 e uma terceira mostrando policiais reprimindo um estudante no "Dia Nacional da Luta", em Porto Alegre, em 1977.

O último tema que aborda sobre esse período é intitulado "A redemocratização e o governo de Sarney", que inicia abordando a campanha das diretas e explicando como ocorreu e que foi derrotada na Câmara dos Deputados.

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



Na sequência tem uma foto mostrando o Comício das "Diretas Já" na Praça da Sé, na cidade de São Paulo, em 1984. E o subtítulo: "Um imprevisto dramático" aborda como se deu a transição do poder ao então vice-presidente José Sarney, finalizando com o período da ditadura militar no Brasil.

Após os exercícios sobre os temas trabalhados, que utilizavam charges, gráficos e trechos de jornais para a análise do período, o livro apresenta uma sequência de textos complementares, com seus respectivos exercícios, sobre o período. São eles: "A Lei da Anistia"; "O cinema novo"; "A música no regime militar"; "O futebol no Brasil da repressão" e "A pátria de chuteiras".

Como podemos observar, o segundo livro analisado apresenta mais imagens e de melhor qualidade. Também faz uso de várias charges, tanto na abertura do capítulo como nos exercícios propostos. No texto, em relação à luta armada, por exemplo, faz referência a influência de vários movimentos guerrilheiros dos anos 1960 e 1970 e, em especial, à Revolução Cubana. Também cabe destacar que no capítulo anterior ao analisado, o livro aborda a "Revolução e ditadura na América Latina" evidenciando que a ditadura não era um caso isolado no mundo. Este livro também trouxe mais nomes de personagens opositores ao regime, em relação ao livro de Vicentino (1995). O Projeto Araribá fez a divisão das unidades em temas e dividiu os temas em vários subtítulos, o que parece facilitar a compreensão, ou talvez, chamar mais atenção dos alunos.

O livro *Encontros com a História*, publicado em 2012, é dividido por temas e não por unidades como de costume. Dedicou dois deles para o período em questão. O primeiro é o de número 11, intitulado "Ditadura Militar no Brasil". Antes de tratar diretamente desse período, dedica meia página para falar do Golpe Militar. Embora não use o termo ditadura civil-militar, deixa claro que os militares foram apoiados por grupos da sociedade civil, como políticos conservadores e setores da classe média. Sua caracterização do período é bastante crítica e didática, expondo-o em tópicos. Neles, evidencia que durante a ditadura o poder político esteve nas mãos das forças

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:***"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

aramadas, associado aos interesses de grandes empresários nacionais e estrangeiros, que houve ausência de mecanismos democráticos, ausência de liberdades individuais e políticas, existência de censura e controle dos meios de comunicação, das manifestações culturais e da educação, por fim existência de repressão e perseguição aos movimentos sociais e opositores ao regime. Também divide o fato em três fases: implantação da ditadura (1964-1967); anos de chumbo (1968-1978) e desgaste e queda (1979-1984). Cada uma delas é desenvolvida com um texto e imagens. É dado ênfase ao AI nº 5 e a luta contra a ditadura. Quatro páginas são dedicadas à falar sobre a economia brasileira durante a ditadura e em resumo faz uma crítica detalhada ao modelo econômico adotado pelos militares expondo entre outras coisas o aumento da desigualdade e concluindo que “o milagre não era para todos e nem para sempre” (RIBEIRO e ANASTASIA, 2012, p. 185). A obra traz um texto complementar sobre os movimentos culturais nos anos de 1960 e posteriormente algumas questões de fixação e aprofundamento do tema.

O assunto somente é finalizado no tema seguinte, de número 12, “Do regime militar à democracia: uma transição negociada”. Procura dar um panorama do processo de abertura política, desde os problemas enfrentados pelos militares, no que diz respeito à crise econômica e o fortalecimento dos movimentos populares que lhe eram contrários. Nas palavras das autoras, Ribeiro e Anastasia (2012), a crise econômica e a dívida externa foram uma herança amarga deixada pelos militares no poder. Por fim traz na sessão “Para saber mais”, um texto sobre o rock nacional e sua posição crítica frente às questões políticas e sociais do Brasil, ao final do período de ditadura e mais exercícios que fazem o fechamento do tema.

Quanto as fotografias não são meras ilustrações, mas além de se relacionarem com o conteúdo da página, as suas legendas convidam à leitura da própria imagem. Há ainda uma charge que possui ao lado questões que se propõem a desenvolver a leitura da imagem. Outro aspecto peculiar desta obra é o fato de

trazer o significado de algumas palavras na página de origem delas e não ao final no glossário.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As três obras tomadas para a análise procuram abordar o tema da ditadura militar em diferentes aspectos, o que favorece a construção de uma visão mais abrangente. Algumas dão mais ênfase à economia, como no livro *Encontros com a História* (2012), assunto que se fez presente nas outras duas obras, mas não de maneira tão contundente.

As questões abordadas pelas três obras giram em torno da repressão, da luta contra o regime e do modelo econômico adotado pelos militares. Todos os textos caracterizam o regime militar como autoritário e expõem claramente a maneira prejudicial com que atingiu o país. Também descrevem que setores da sociedade civil apoiaram a ditadura, porém não utilizam o termo ditadura civil-militar, como apontam ser o mais apropriado vários estudiosos do período.

A obra *História Integrada* (1995) aborda o tema em questão de forma mais sucinta em relação às demais. E a segunda obra analisada *Projeto Araribá* (2007) tem uma característica peculiar, traz sugestões de filmes, charges, imagens e gráficos a serem analisados pelos alunos. Traz também vários textos complementares que abordam assuntos diversos como leis, cinema, música e futebol.

As três obras fazem uso de um considerável número de imagens. Na primeira obra *História Integrada* (1995) há uma mescla entre imagens que configuram mera ilustração juntamente com outras que estimulam e propiciam uma leitura mais atenta. Em relação às outras duas obras, as imagens estão inseridas como um texto propiciando possibilidade de leitura das mesmas.

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



A última obra analisada, embora seja a mais recente, pois foi publicada em 2012, não remete a outras fontes que abordem o tema. Por exemplo, não traz consigo sugestões de livros ou de filmes, os quais possam contribuir para o entendimento do período. Limita-se a falar de modo sucinto sobre os movimentos culturais nos anos de 1960 e sobre o rock nacional como forma de contestação da realidade vigente.

A partir da análise constatamos que quanto mais próximo ao período da ditadura civil-militar, mais brevemente este assunto é abordado no livro didático e que quanto mais avançamos em direção aos dias atuais, mais ênfase lhe é dada. Possivelmente, esta gradativa ampliação de conteúdos relativos ao tema em questão, tenha se dado em virtude do trauma de tal período que ecoou por muitos anos e que aos poucos, ainda vem sendo desvelado, contribuindo para a compreensão das nuances do período. Esse acréscimo de informações talvez se deva, também, tanto ao surgimento de novas pesquisas que, aos poucos, vão servindo de base para a produção dos livros, quanto ao amadurecimento da democracia brasileira, aliada à também crescente criticidade e crítica da maioria da sociedade, para com a ditadura.

**REFERÊNCIAS**

BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico**. 1993. 369p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

COUTO, R. C. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 8 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.

FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de história**: Experiências, reflexões e aprendizagens. Campinas, SP: Papirus, 2003.

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



MIRANDA, S. R.; LUCA, T. R. O livro didático de História hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**. vol. 24, n. 48, jul./dez., p. 123-144, 2004.

MUNAKATA, K. O Livro Didático: Alguns Temas de Pesquisa. **Revista Brasileira de História e Educação**. Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012.

**PROJETO ARARIBÁ - HISTÓRIA**. Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna. Editora responsável: Maria Raquel Apolinário. 9 ano. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2007.

RIBEIRO, V.; ANASTASIA, C. **Encontros com a História**. n. 9. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2012.

SILVA, F. C T Brasil, em Direção ao Século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SILVA, J. R. Livro de História Como Documento Histórico: Possibilidades, Questões e Limites de Abordagem. **Revista de Teoria da História**. Goiás, a. 2, n. 5, jun. 2011.

VICENTINO, C. **História Integrada**: o século XX - O Brasil Geral. 8ª série. São Paulo: Scipione, 1995.

VIEIRA, H. F. Como os livros didáticos abordam a resistência e luta contra a Ditadura Militar. ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: "O Saber Produzido e o Saber Difundido", 13.; Belo Horizonte, 14 a 19 de julho de 2002, **Anais...** UNI-BH - Campus Diamantina. Juiz de Fora: Clío Edições Eletrônicas, 2002, p. 11 – 13.

VILLALTA, L. C. O livro didático de história no Brasil: perspectivas de abordagem. In: **Revista Pós-história**. Assis: Unesp, 2001. vol. 09, p. 39-60.